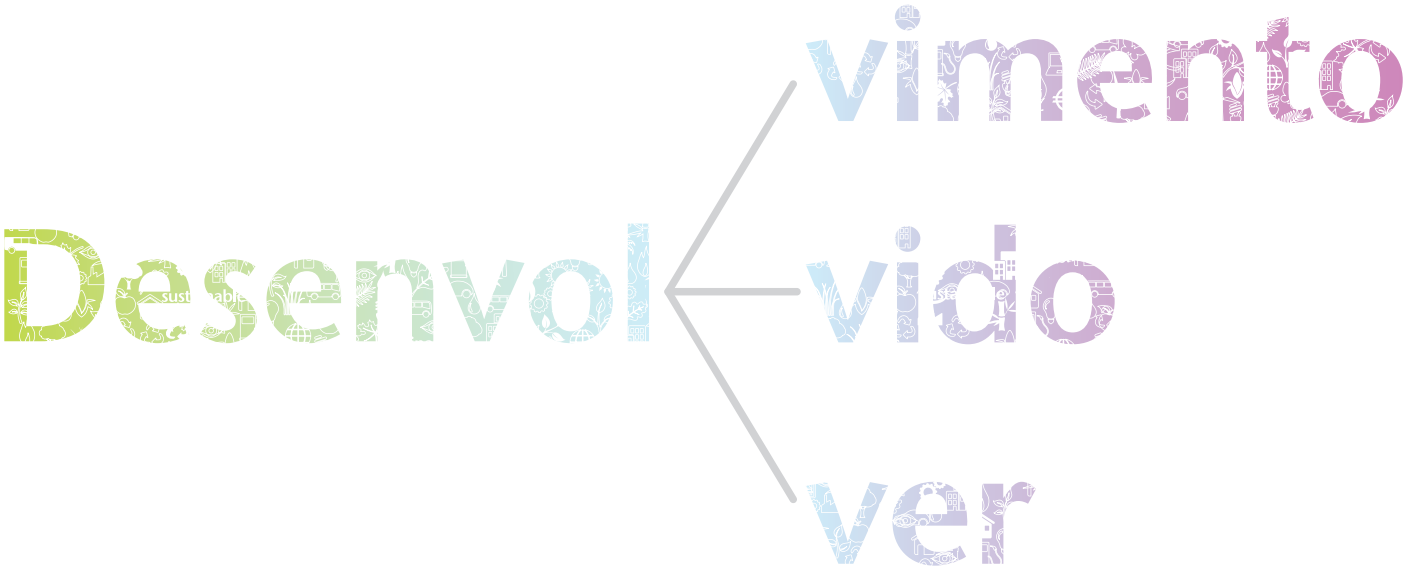


Edição Portuguesa com o Patrocínio

Brisa

BCSD Portugal
Av. de Berna, n.º 11, 8.º
1050-036 Lisboa

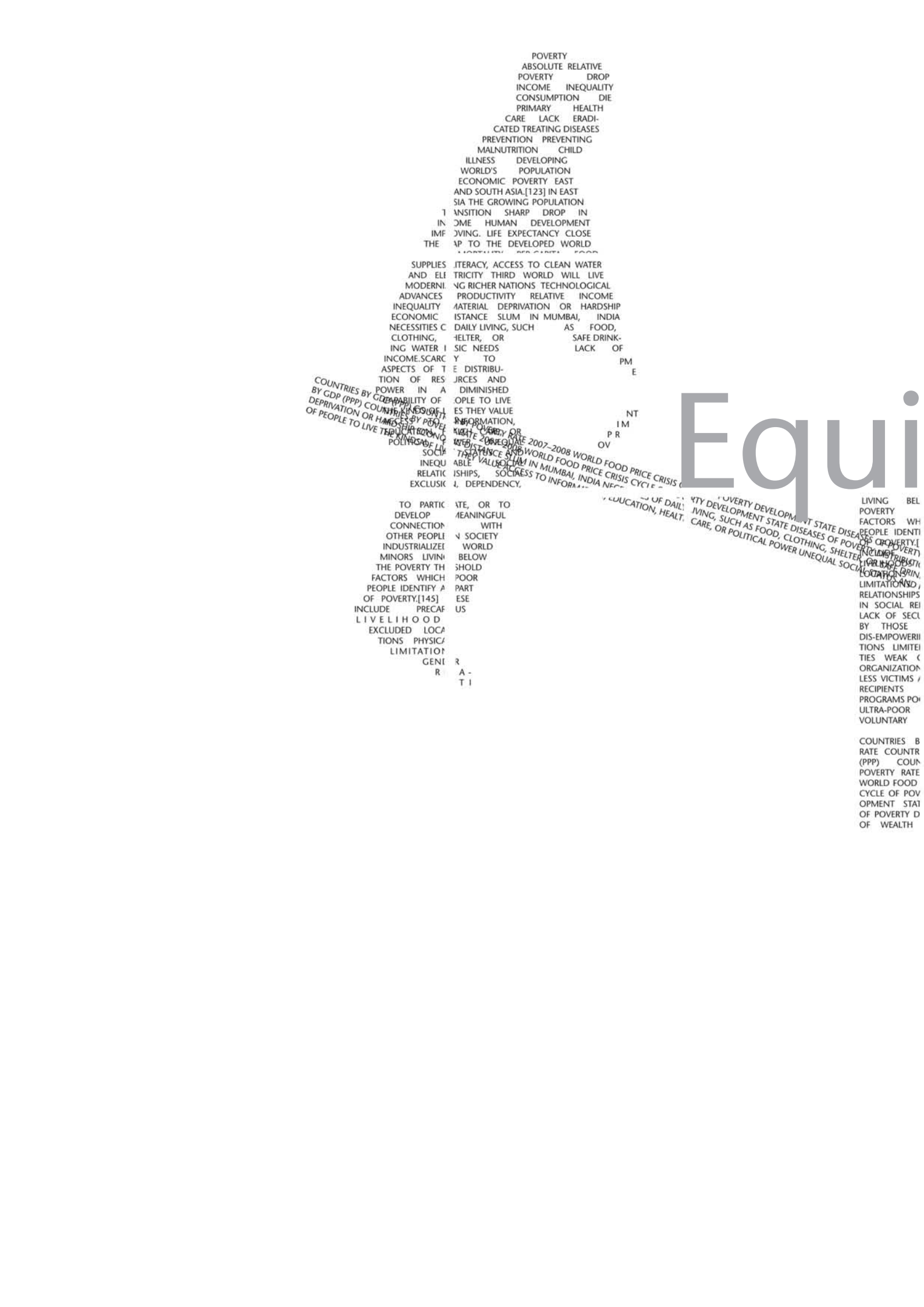
Tel: (+351) 217819001
Fax: (+351) 217819126

E-mail: info@bcsdportugal.org
Web: www.bcsdportugal.org

As Empresas e o Desenvolvimento

Desafios e oportunidades num mundo em rápida mudança

World Business Council for
Sustainable Development



POVERTY
ABSOLUTE RELATIVE
POVERTY DROP
INCOME INEQUALITY
CONSUMPTION DIE
PRIMARY HEALTH
CARE LACK ERADI-
CATED TREATING DISEASES
PREVENTION PREVENTING
MALNUTRITION CHILD
ILLNESS DEVELOPING
WORLD'S POPULATION
ECONOMIC POVERTY EAST
AND SOUTH ASIA.[123] IN EAST
SIA THE GROWING POPULATION
T ANSITION SHARP DROP IN
IN OME HUMAN DEVELOPMENT
IMF OVING. LIFE EXPECTANCY CLOSE
THE AP TO THE DEVELOPED WORLD

SUPPLIES ITERACY, ACCESS TO CLEAN WATER
AND ELE TRICITY THIRD WORLD WILL LIVE
MODERNI NG RICHER NATIONS TECHNOLOGICAL
ADVANCES PRODUCTIVITY RELATIVE INCOME
INEQUALITY MATERIAL DEPRIVATION OR HARDSHIP
ECONOMIC ISTANCE SLUM IN MUMBAI, INDIA
NECESSITIES C DAILY LIVING, SUCH AS FOOD,
CLOTHING, HELTER, OR SAFE DRINK-
ING WATER I SIC NEEDS LACK OF
INCOME.SCARC Y TO PM
ASPECTS OF T E DISTRIBU- E
TION OF RES URCES AND
POWER IN A DIMINISHED
DEPARTURE OF OPLE TO LIVE
THE KINDS OF LIVES THEY VALUE
ACCESS TO INFORMATION, NT
EDUCATION, EXCHANGE, OR IM
POLITICAL POWER UNEQUAL P R
SOCIAL STATUS AND OV
INEQU ABLE SOCIAL
RELATIC ISHIPS, SOCIAL
EXCLUSIC N, DEPENDENCY,

TO PARTIC ATE, OR TO
DEVELOP MEANINGFUL
CONNECTION WITH
OTHER PEOPLE N SOCIETY
INDUSTRIALIZED WORLD
MINORS LIVIN BELOW
THE POVERTY TH SHOLD
FACTORS WHICH POOR
PEOPLE IDENTIFY A PART
OF POVERTY.[145] ESE
INCLUDE PRECAF US
L I V E L I H O O D
EXCLUDED LOCA
TIONS PHYSICA
LIMITATION
GENI R
R A -
T I

COUNTRIES BY GDP (PPP) COUNTRIES BY GDP (PPP) COUNTRIES BY POVERTY RATE 2007–2008 WORLD FOOD PRICE CRISIS CYCLE OF POVERTY DEVELOPMENT STATE DISEASES OF POVERTY DEVELOPMENT STATE DISEASES OF POVERTY DEPRIVATION OR HARDSHIP ECONOMIC DISTANCE SLUM IN MUMBAI, INDIA NECESSITIES OF DAILY LIVING, SUCH AS FOOD, CLOTHING, SHELTER, OR SAFE DRINK OF PEOPLE TO LIVE THE KINDS OF LIVES THEY VALUE ACCESS TO INFORMATION, EDUCATION, HEALTH CARE, OR POLITICAL POWER UNEQUAL SOCIAL STATUS AND

LIVING BEL
POVERTY
FACTORS WH
PEOPLE IDENTI
OF POVERTY.[
INCLUDE
LIVELIHOODS
LOCATION
LIMITATIONS
RELATIONSHIPS
IN SOCIAL RE
LACK OF SECU
BY THOSE
DIS-EMPOWERI
TIONS LIMITE
TIES WEAK
ORGANIZATION
LESS VICTIMS
RECIPIENTS
PROGRAMS PO
ULTRA-POOR
VOLUNTARY

COUNTRIES B
RATE COUNTR
(PPP) COUN
POVERTY RATE
WORLD FOOD
CYCLE OF POV
OPMENT STAT
OF POVERTY D
OF WEALTH

Equi

Índice

2 Prefácio

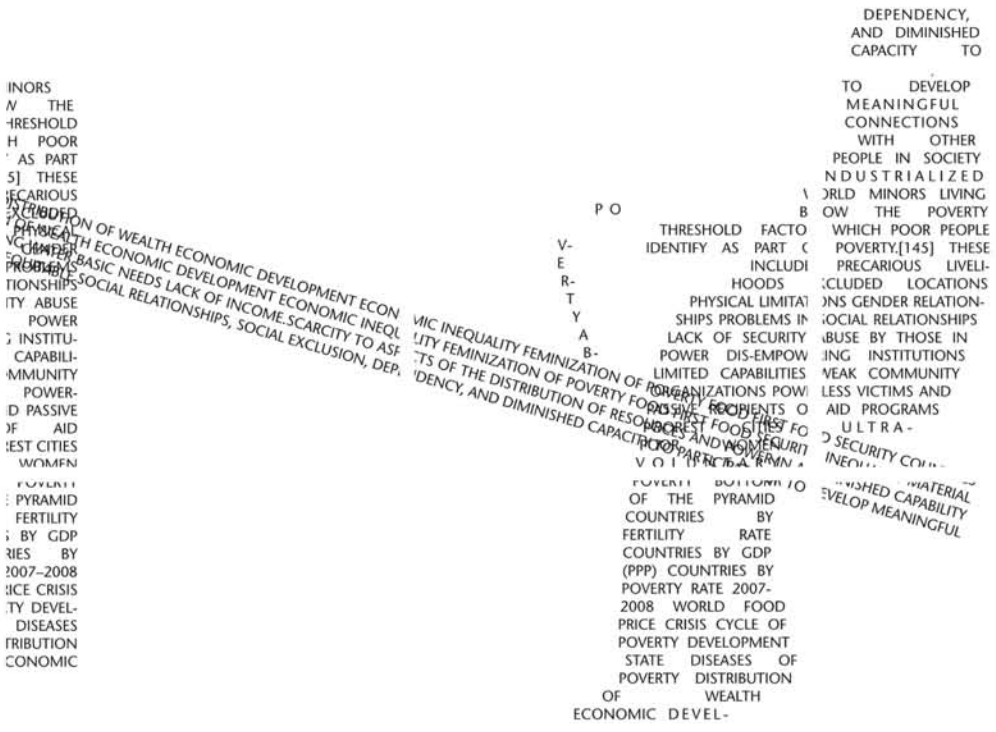
5 A urgência do desenvolvimento sustentável

12 Desafios do desenvolvimento

18 Oportunidades e soluções empresariais

22 Possibilitar um crescimento empresarial sustentável

líbrio



PREFÁCIO

Ao longo dos últimos nove anos, o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) recolheu e partilhou informação sobre a relação entre as empresas e o desenvolvimento. Este documento nasce dessa aprendizagem, resume-a sucintamente e pretende:

> ajudar a definir o papel das empresas numa perspectiva alargada do desenvolvimento;
> atrair o ramo empresarial, consciencializando-o das crescentes oportunidades e do contributo para o desenvolvimento;
> apelar aos governos para que criem as condições necessárias para que as empresas possam maximizar o seu contributo para o desenvolvimento;
> alargar o convite a outros interessados para que se aliem às empresas na demanda comum por um futuro mais inclusivo e sustentável.

O WBCSD iniciou o seu trabalho sobre desenvolvimento em 2001, um ano antes da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo. O objectivo inicial era a criação de modelos empresariais comercialmente viáveis, ajudando a diminuir a pobreza e a promover meios de subsistência dignos e sustentáveis. Para descrever esses modelos empresariais, criámos o conceito de "negócios inclusivos".

Através de muitas reuniões presenciais, estudos, relatórios, ferramentas e materiais de apoio, trabalhámos juntos para melhorar a compreensão e chamar a atenção para as grandes oportunidades dos negócios inclusivos. Para colocar essas ideias em prática, fundámos novas parcerias entre empresas globais e locais, e organizações da sociedade civil, através de uma aliança com a SNV, a Organização Holandesa de Desenvolvimento, e com os nossos parceiros regionais na América Central e na Região Andina.

Os países em desenvolvimento constituem um vasto leque de experiências diversas. Alguns estão a crescer rapidamente; são economias emergentes. Outros permanecem imersos em pobreza ou conflito. A grande tendência é, no entanto, para populações urbanas de rápido crescimento, o que leva

à necessidade de novas infraestruturas e a um maior consumo. Simultaneamente, torna-se claro que o desenvolvimento tem de acontecer no âmbito da capacidade dos ecossistemas do planeta, nomeadamente dentro dos urgentes limites da estabilização climática da atmosfera e das provisões de água doce.

As necessidades de energia, alimentação, água, transporte e cuidados de saúde nos países em desenvolvimento levarão a um aumento da pressão exercida sobre os sistemas. As economias emergentes só terão êxito na transição para um futuro mais sustentável, se tiverem as empresas como parceiros empenhados e fornecedores de soluções. Este desafio constitui também uma excelente oportunidade de negócio, dada a grande procura a longo prazo pelos produtos e serviços que representa. Serão necessários grandes investimentos a nível tecnológico e infraestrutural, para satisfazer as necessidades das crescentes populações dos países em desenvolvimento. No futuro, as empresas líderes serão as que anteciparem essas tendências e apresentarem soluções inteligentes.

Como demonstrou o nosso trabalho sobre negócios inclusivos, a posição nos mercados de amanhã pode também ser conseguida através da criação de modelos empresariais inovadores que comprem e vendam a comunidades de baixo rendimento dos países em desenvolvimento. Conhecer melhor e abordar com dinamismo as questões sócio-económicas e ambientais também ajudará as empresas a fazerem uma melhor gestão dos seus riscos e, dessa forma, assegurarem o seu direito a operar, inovar e crescer.

Contudo, é preciso mais do que inovação empresarial e tecnológica. Uma boa governação a nível nacional, regional e global é fundamental para gerir factores ambientais e de segurança, para repor a estabilidade financeira a nível mundial e para garantir um futuro sustentável para países em várias fases de desenvolvimento. Isso inclui transparência, equidade, um sistema judicial, instituições de confiança e acesso a recursos legais. Inclui ainda ultrapassar as barreiras entre os países em desenvolvimento e os industrializados, e entre os interesses rivais dentro de ambos os grupos, que têm impedido o progresso em processos-chave internacionais, como a Ronda de Doha ou as negociações climáticas das Nações Unidas.

As empresas têm um papel essencial no que respeita a apoiar os países em desenvolvimento com fundos, tecnologia e criação de capacidades. Mas não podem fazê-lo sozinhas. Os governos, a sociedade civil e as empresas devem estar dispostos a unir esforços para proporcionar as condições estruturais adequadas para um desenvolvimento rápido, amplo e sustentável.

Membros da Área de Focalização do Desenvolvimento do WBCSD:

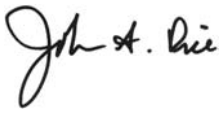
Robin Bidwell, Presidente Executivo, ERM (Co-Coordenador)

Roberto Salas, Director Executivo, Masisa (Co-Coordenador)

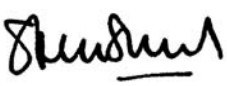
John Grant, Vice-Presidente Executivo, Política, BG Group

Luc Bardin, Vice-President do Grupo, BP p.l.c.

Vasco de Mello, Presidente e Director Executivo, Brisa

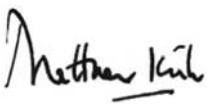


John G. Rice, Vice-Presidente, GE



Steven Stanbrook, Presidente, Mercados em Desenvolvimento, S. C. Johnson

Dr. Fujio Cho, Presidente e Representante da Direcção, Toyota



Matthew Kirk, Director de Assuntos Externos, Vodafone

Diferen Pobreza cial

A URGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

"Desenvolvimento" é a edificação de sociedades em que as pessoas tenham segurança, saúde, habitação condigna, água potável e recursos energéticos modernos. Depende das oportunidades que os habitantes têm de ganhar o seu sustento, e de saberem que terão alguma segurança nos momentos difíceis.

Traz consigo a capacidade de ir mais longe do que os nossos pés permitem, através da mobilidade física proporcionada pelos meios de transporte, da mobilidade social que a educação possibilita e da inédita criação de contactos que as tecnologias de comunicação proporcionam.

A pobreza é o contrário: as pessoas vivem sem meios de subsistência adequados, sem electricidade, sem meios de transporte, e vêem-se envolvidas em guerras e conflitos. Isso inclui tanto o terrível sofrimento humano provocado pela carência de bens materiais como a falta de protecção legal.

A grande necessidade de concentração na sobrevivência impede que as pessoas concretizem o seu potencial.

Há algumas décadas, o desafio do desenvolvimento foi considerado uma forma de possibilitar aos 5 mil milhões de habitantes de países mais pobres atingir padrões de vida aproximados aos mil milhões que viviam em países desenvolvidos ou industrializados.

Hoje, sabe-se que a situação é mais complexa. O crescimento é rápido em muitas economias emergentes, ao passo que outras continuam com pobreza absoluta e economias estagnadas. O maior abismo em termos de desenvolvimento abre-se entre os mil milhões mais pobres e aqueles cujas economias estão a crescer, criando emprego e originando níveis crescentes de prosperidade. No entanto, o subdesenvolvimento existe para todos eles. Apesar dos grandes lucros em economias emergentes como a China e o Brasil, poucos podem gabar-se de ter erradicado a pobreza. As cidades estão a expandir-se, a classe média global a crescer, mas a pobreza e a fome perduram nas áreas urbanas e rurais.

Em desenvolvimento? Emergentes? Reemergentes?

As Nações Unidas prevêem que a população global estabilize por volta dos 9 mil milhões, com todo o aumento a verificar-se, basicamente, nas cidades dos países em desenvolvimento.

Os *países em desenvolvimento* vão desde a China – a segunda maior economia do mundo e a de mais rápido crescimento – àqueles que todos os anos têm mais dificuldade em alimentar as suas populações.

O termo *mercados emergentes* é utilizado relativamente aos países que estão a desenvolver-se rapidamente e a começar a ocupar o seu lugar no mercado global. Entre eles, estão o Brasil, a Rússia, a Índia, a China, a África do Sul e mais uma boa dúzia de economias globalizantes e de crescimento rápido. Mas classificar esses países de "emergentes" é uma perspectiva histórica algo ocidental e de pequeno alcance. Surgiu com a Revolução Industrial, e ignora o facto de, por volta da passagem do milénio, só a China e a Índia serem responsáveis por metade da produção mundial. *Mercados reemergentes* poderá, assim, ser uma definição mais adequada.

A segunda grande transformação no desafio do desenvolvimento é o reconhecimento de que os velhos modelos de desenvolvimento económico não são sustentáveis. Nos últimos 200 anos, o desenvolvimento económico baseou-se na substituição de recursos renováveis – energia e matérias-primas que podem ser produzidas ou aproveitadas a partir da energia diária do Sol – por recursos não-renováveis retirados das profundezas do subsolo. Em 1900, 41% das matérias-primas utilizadas nos EUA eram renováveis, ao passo que, em 1995, essa percentagem caíra para apenas 6%.[1]

Estima-se que a população global aumente quase 50% antes de estabilizar em pouco mais de 9 mil milhões, em 2050. Mas o desenvolvimento económico já pôs em risco serviços dos ecossistemas – como os ciclos naturais da água doce, do carbono e do azoto – de que dependem a prosperidade e a sobrevivência.

O impacto dos ecossistemas em deterioração – tal como a volatilidade do clima, a escassez de água doce e o empobrecimento das pescas – afecta mais os pobres, mais directamente dependentes dos ecossistemas para sobreviver. Por exemplo, em África, a grande maioria dos agricultores depende das chuvas. Até 2020, as alterações climáticas poderão diminuir para metade a produção agrícola dos campos não-irrigados em muitos países africanos. As cheias, seguidas de períodos de seca, afectarão milhares de milhões que dependem dos esperados fluxos de água provenientes dos glaciares dos Himalaias e dos Andes.

Todos os países têm de se adaptar às alterações climáticas, mas as populações dos países menos desenvolvidos serão obrigadas a fazê-lo com menos recursos públicos e privados. Precisarão de apoio, conhecimentos, formação e acesso a meios de comunicação, crédito, novas variedades agrícolas, novos pesticidas e cuidados de saúde para as proteger de doenças novas, ou de mais difícil tratamento e mais resistentes aos medicamentos. Para elas, o desenvolvimento tem de andar de mão dada com a *adaptação*[2].

Poucos apreenderam melhor este dilema do que o ex--economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, que observou: "O desenvolvimento e as alterações climáticas são os problemas fulcrais do século XXI. Se fracassarmos num, fracassaremos em ambos. As alterações climáticas comprometem o desenvolvimento. Nenhum acordo sobre as alterações climáticas que impeça o desenvolvimento poderá ter êxito."

Os desafios do desenvolvimento são desafios das empresas. Elas são obstruídas pelos mesmos factores que mantêm os indivíduos e as comunidades na pobreza: carências na educação e nos cuidados de saúde, deterioração ambiental e falta de infraestruturas adequadas ou de sistemas legais eficazes. As empresas podem ter um papel fundamental na resolução destes desafios e, com as políticas certas, desenvolver novas tecnologias e modelos empresariais, para ir de encontro às necessidades humanas, aumentar a eficiência, criar empregos e permitir um acesso mais alargado às soluções.

Este documento analisa os desafios do desenvolvimento e as oportunidades nos chamados países em desenvolvimento e nas economias emergentes, e o que isso significa para as empresas e para os líderes que procuram vingar com base em economias sustentáveis.

Embora seja um desafio enorme, o desenvolvimento sustentável é possível. Um forte primeiro passo nesse sentido pode ser dado recorrendo às tecnologias já existentes, sendo espantosas as oportunidades de negócio de um caminho sustentável.[3]

Todavia, só a mudança tecnológica não chega para traçar uma rota com vias de desenvolvimento novas e mais eficientes. Também é preciso inovação nas instituições governamentais. Os desafios do desenvolvimento sustentável atravessam tanto as fronteiras nacionais, como as fronteiras entre Estado, Governo e responsabilidade individual. Incluem requisitos como a transparência, a equidade, um sistema judicial, instituições de confiança e acesso a recursos legais. A inovação na administração é fundamental para gerir factores ambientais e de segurança, para repor a estabilidade financeira a nível mundial e para garantir um futuro sustentável para países em várias fases de desenvolvimento.

Não-renovável
Ciclo
Não-renovável

Geopolíticas
ções
Altera

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Vencer a pobreza

O dinheiro e os salários são os parâmetros mais evidentes do crescimento, mas a pobreza é uma questão muito mais complexa. Com base no seu estudo pioneiro "Vozes dos Pobres", o Banco Mundial sublinha a natureza multidimensional da pobreza: "Pobreza é fome. Pobreza é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não ter acesso à escolaridade e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer pelo futuro, vivendo um dia de cada vez. Pobreza é perder um filho por uma doença provocada por água impura. Pobreza é impotência, ausência de representação e de liberdade."[4]

Os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) vão desde reduzir para metade a pobreza extrema a travar a propagação do VIH/SIDA, passando por alcançar o ensino primário universal, tudo até 2015. Os ODM constituem uma visão comum a todos os países e a todas as principais instituições de desenvolvimento do mundo.[5]

Já houve alguns progressos. Segundo o Banco Mundial, a taxa de indivíduos que vivem com menos de USD$1,25/dia (abaixo disso, temos a "pobreza absoluta", que é frequente matar prematuramente) cairá de cerca de 40%, em 1990, para 15%, em 2015.[6] A maior redução nos níveis de pobreza ocorreu no Leste Asiático e no Pacífico, sobretudo na China, com a taxa dos segmentos mais pobres da população a baixar de 80% em 1981, para 18%, em 2005 (cerca de 340 milhões). A China proporciona-nos lições úteis na utilização de reformas económicas com base nos mercados para ajudar as populações a saírem da pobreza.

Porém, nem tudo são boas notícias. As Nações Unidas já advertiram que, em termos absolutos, havia no mundo mais gente com fome em 2009 do que em qualquer outro ano anterior, devido à subida dos preços dos bens alimentares, ao crescimento populacional e à crise económica, bem como a outros factores, como os conflitos em curso.

As empresas são a principal via para as pessoas trabalharem e vencerem a pobreza, mas dependem de governos que criem condições institucionais, legais e financeiras adequadas para tal, incluindo a educação e os cuidados de saúde.

Rede Regional

Apesar de o WBCSD trabalhar mais a nível global, participa a nível nacional e regional através da sua Rede Regional de 60 Conselhos Empresariais para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS) e dos seus parceiros, dois terços dos quais com sede em países em desenvolvimento e economias emergentes. Congregando perspectivas do mundo inteiro, a Rede Regional reforça a legitimidade do WBCSD como organização mundial. Ela ajuda a validar os resultados e mensagens do WBCSD, e a divulgá-los. Proporciona ainda uma plataforma para contactar as autoridades locais e os líderes de opinião, para implementar projectos-piloto no terreno e para interagir com as pequenas e médias empresas. Os vários parceiros da Rede Regional estão envolvidos em grande parte do trabalho no terreno e dos projectos do Conselho.[7]

Muitos governos estão a melhorar os meios em que as empresas operam. O relatório do Banco Mundial *Doing Business*, de 2010, observa que, apesar da recessão económica de 2008/09, "mais governos implementaram reformas reguladoras com vista a facilitar o funcionamento das empresas do que em qualquer outro ano desde 2004, quando a *Doing Business* iniciou o registo das reformas, através dos seus indicadores." As economias de rendimento baixo e médio-baixo foram responsáveis por dois terços das reformas registadas.[8]

Área de Focalização do Desenvolvimento

A Área de Focalização do Desenvolvimento do WBCSD procura trabalhar com os governos em busca de objectivos de desenvolvimento.[9] Em 2010, criou a Iniciativa Participação nos Mercados Nacionais, que estabelecerá uma plataforma para o diálogo entre as grandes empresas e os governos sobre as questões da participação nos mercados nacionais e da competitividade dos fornecedores, procurando concretizar as oportunidades e gerir os riscos da participação local em investimentos de larga escala.

Construir as cidades do século XXI

Uma das mais importantes tendências de desenvolvimento é o ritmo e a escala da urbanização. Nas últimas duas décadas, a população urbana dos países em desenvolvimento aumentou, em média, 3 milhões por semana, e, hoje, pouco mais de metade da população mundial vive na cidade. Se a tendência actual continuar, em 2050, 70% da população mundial será urbana (6.400 milhões de habitantes – 5.300 milhões dos quais nos países em desenvolvimento).

A urbanização é um fenómeno em rápido crescimento, a maior parte das vezes mal gerido, que tem colocado centenas de milhões de pessoas em risco. No entanto, se forem sistematicamente planeadas e organizadas, as cidades podem proporcionar excelentes economias e uma eficácia considerável no acesso a emprego, energia, habitação, transporte, educação, crédito e cuidados de saúde. Nas cidades, a oferta destes serviços é muito mais eficiente do que nas zonas rurais. Uma análise global das emissões dos gases com efeito de estufa *per capita* associadas às cidades revelou que, na maior parte dos casos, são mais baixas do que a média dos países em que se situam.[10]

Só na China, a população urbana apresentará um aumento de 350 milhões de habitantes, até 2025, e viverão nas cidades mil milhões de pessoas, até 2030. Mais de 200 cidades chinesas terão mais de um milhão de habitantes, em 2025 (relativamente às 35 da Europa actual). A China construirá cerca de 40 mil milhões de metros quadrados de escritórios em 5 milhões de novos edifícios (dez vezes mais do que os de Nova Iorque).[11] Na Índia, 55% da população (900 milhões de pessoas) viverá em cidades, até 2050.

Estas cidades de crescimento rápido têm de ser eficazmente ligadas a zonas rurais que lhes forneçam alimento, fibras

Mobilidade para o Desenvolvimento

A Área de Focalização do Desenvolvimento realizou um estudo sobre a Mobilidade para o Desenvolvimento que uniu as partes interessadas locais para analisar todas as formas de mobilidade – desde a pedestre à automóvel, passando pelos comboios e pelos autocarros – em quatro cidades diferentes: São Paulo (Brasil), Xangai (China), Bangalore (Índia) e Dar es Salaam (Tanzânia). O relatório observa que, no geral, as oportunidades de mobilidade estão em expansão nas quatro cidades, embora a situação esteja a piorar para as comunidades de baixos rendimentos. O mau estado das estradas e dos veículos, os cruzamentos mal sinalizados e os condutores inexperientes são as principais causas das mortes e lesões provocadas por meios de transporte. Os engarrafamentos pioram. As soluções são tanto evidentes quanto difíceis: liderança e colaboração, para um planeamento mais integrado e com base nos transportes públicos, uma abordagem integrada e inclusiva à utilização dos espaços urbanos e ao planeamento dos transportes, e um melhor acesso à mobilidade, através da integração dos modos de transporte público e privado.[12]

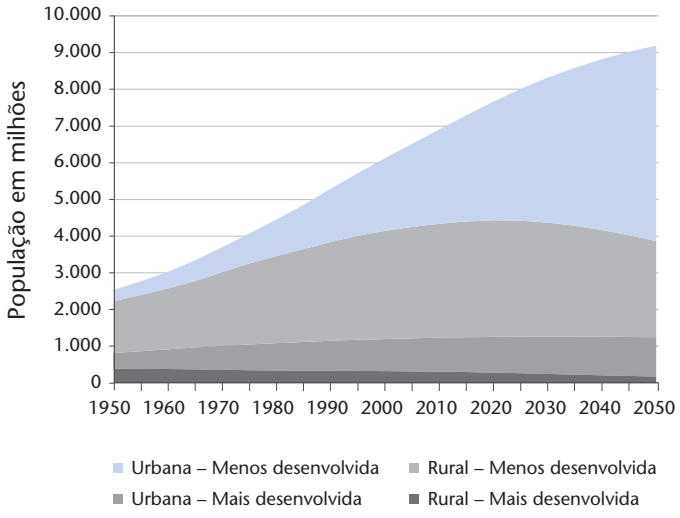
e outros recursos, o que representa uma agricultura mais produtiva e melhores ligações entre agricultores e mercados – locais e regionais – e consumidores.
Actualmente, um em cada três habitantes das cidades dos países em desenvolvimento (aproximadamente mil milhões) vivem num bairro de lata.[13] Na sua maioria, não são registados pelos governos, não tendo direito a educação, cuidados de saúde, programas de emprego, etc. O seu poder político é pouco ou nulo. Outros desafios urbanos incluem um volume de trânsito ingovernável, poluição, elevada concentração de produção industrial, habitação insuficiente e insustentável, e sobrecarga dos serviços básicos como o fornecimento de água, o tratamento dos lixos e a distribuição energética. É cada vez maior a pressão sobre os sistemas rodoviário, ferroviário, portuário e alfandegário, e as despesas com a construção e manutenção da infraestrutura dos meios de transporte e com os sistemas de transportes públicos representam uma carga financeira substancial para muitas megacidades. Estes problemas diminuem as vantagens económicas e o potencial de muitas grandes cidades. As mais pequenas, mais dispersas geograficamente, podem ultrapassar esses desafios mais facilmente e proporcionar uma combinação de alternativas de infraestruturas mais favoráveis ao desenvolvimento.

Iniciativa de Infraestrutura Urbana

Respondendo a estes desafios e oportunidades, em 2009, o WBCSD avançou com a Iniciativa de Infraestrutura Urbana, na esperança de trazer ao desenvolvimento urbano a filosofia do *systems thinking* e abordagens integradas, e de incorporar estudos anteriores em áreas como energia e clima, desenvolvimento, electricidade e mobilidade. A perspectiva holística da iniciativa não se limita ao desenvolvimento de tecnologias e políticas; abrange também a cooperação por parte da comunidade empresarial, e da administração, sistemas e partes interessadas das cidades. O WBCSD tem por objectivo fazer a diferença, adoptando uma abordagem integrada e procurando soluções transversais.[14]

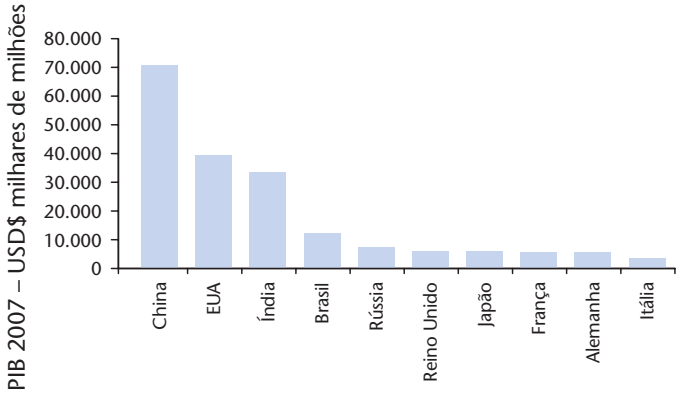
A população mundial é cada vez mais urbana

População global por tipos de área e por região
1950-2050



Fonte: Divisão de População da ONU, *Projecções da População Mundial: A Revisão de 2008*, 2008

As 10 maiores economias em 2050, últimas projecções



Fonte: Goldman Sachs Global Economics, Commodities and Strategy Research, Doc. 192, Dezembro de 2009

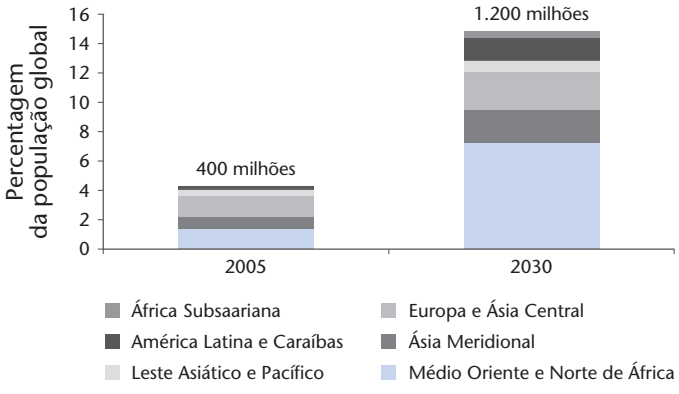
Sustentar o consumo

Em 2005, as economias em desenvolvimento ultrapassaram as desenvolvidas como maiores geradores de actividade económica, e continuam a adiantar-se nesse sentido. Em 2008, as economias de topo foram os EUA, a UE, a China e o Japão. A ordem prevista para 2050 é: China, EUA, Índia, UE e Brasil (seguidos pela Rússia, Indonésia, México, Reino Unido e Turquia). Trata-se de um desvio radical num espaço de tempo relativamente curto. A combinação das economias emergentes com o crescimento populacional significa um aumento da classe média global. Produzir os bens e serviços adequados ao estilo de vida da classe média como actualmente o concebemos – incluindo automóveis, aviação, casas maiores, electrodomésticos e um regime alimentar à base de carne – exigirá a utilização de muitos recursos naturais – nomeadamente, de combustíveis fósseis e água. Estima-se que, com um novo aumento da população mundial em 50%, durante os próximos 40 anos, a actividade económica a nível global seja seis vezes superior, o que irá requerer quatro vezes mais energia e matérias-primas.[15]

Os padrões e as tendências globais de consumo insustentável estão a sobrecarregar cada vez mais os ecossistemas do planeta, as provisões de recursos materiais necessários para o desenvolvimento industrial, e os sistemas sociais e de bem-estar. Assim, para ir ao encontro das ambições pessoais da crescente afluência – particularmente entre as classes médias dos países em desenvolvimento – devemos não só descarbonizar, mas também desmaterializar. O consumo tem de se tornar mais sustentável.

A classe média global em rápida expansão

População em países de baixo e médio rendimento, entre USD$4.000 e 17.000 *per capita* (paridade do poder de compra)



Fonte: Banco Mundial, *Projecções da Economia Global, 2007*

No seu início, o WBCSD criou o conceito de eco-eficiência para designar a valorização de um bem ou serviço utilizando menos recursos e matérias-primas, produzindo menos detritos e poluição. O conceito depressa se espalhou pelo mundo, com a ajuda dos BCSDs e de outros parceiros da Rede Regional do WBCSD. Com o passar dos anos, a maior parte das empresas associadas melhorou a sua eco-eficiência e registou essas melhorias em relatórios anuais de sustentabilidade e responsabilidade empresarial. Esta filosofia levou certas empresas a medidas radicais, como abandonar a venda de bens em prol do arrendamento de produtos recicláveis, ou vender serviços em vez de bens.

Consumo sustentável

A Área de Focalização do Papel das Empresas, do WBCSD, defende que as três melhores formas de as empresas abordarem o consumo sustentável são: inovação (desenvolvendo novos produtos, serviços e modelos empresariais que proporcionem o máximo de valor social com o mínimo de custos ambientais), influência na escolha (utilizando técnicas de *marketing* para melhorar a escolha do consumidor) e adaptação da escolha (removendo produtos, componentes e serviços "insustentáveis", em parceria com outros intervenientes sociais).[16]

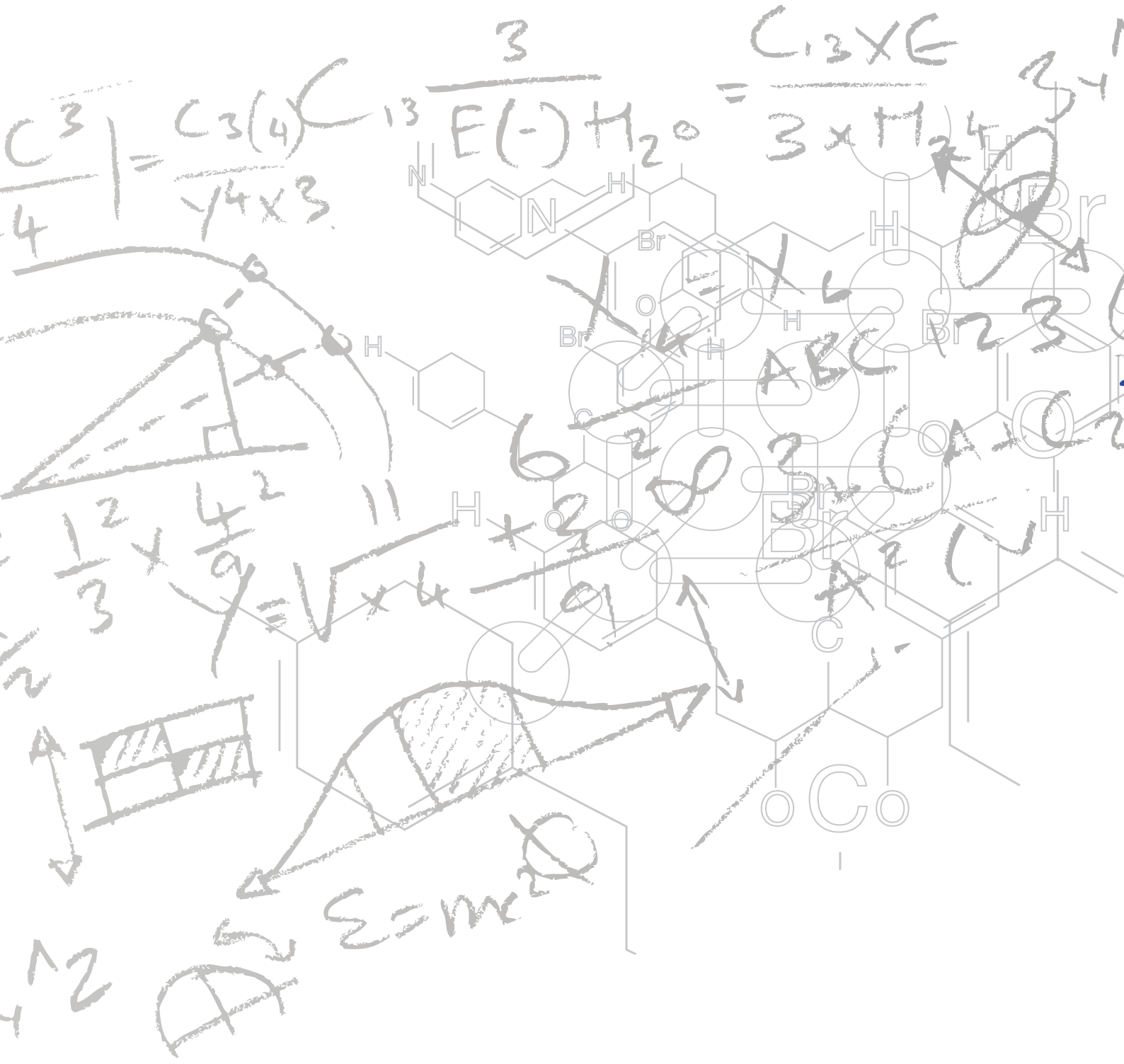
Projecto Água

O Projecto Água do WBCSD trabalha com as empresas para melhorar a sua gestão e monitorização das águas, e para assegurar que as questões relevantes são incluídas nas negociações climáticas e respectivas soluções, tanto em termos de mitigação (já que a maioria das fontes energéticas utiliza quantidades substanciais de água) como de adaptação (visto que as alterações climáticas e a exploração excessiva estão a devastar os sistemas hídricos). Muitas empresas associadas já relacionam a água e o clima nos seus planos de acção.[17]

Iniciativa Cadeia de Valor Sustentável

As empresas associadas do WBCSD estão actualmente a analisar uma proposta de projecto sobre "Inovação na Cadeia de Valor Motivada pelo Consumidor", avançada pela Coca-Cola e pela Unilever. O projecto teria por base estudos anteriores do WBCSD e utilizaria a plataforma conjunta do Conselho para criar um plano para acelerar a descarbonização sistemática das cadeias de fornecimento das empresas de bens de consumo de rápido crescimento.

Fazer Mais com Menos



OPORTUNIDADES E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS

A transição para um crescimento baixo em carbono nos países em desenvolvimento representa uma excelente oportunidade para as empresas que conseguirem o investimento, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade humana necessários para enfrentar o desafio. Optimizar a eficiência energética e de recursos, e arranjar novas soluções para as necessidades de mobilidade, água e saneamento, construção, energia e comunicação são os grandes desafios para as empresas, tanto nas economias em desenvolvimento como nas desenvolvidas.

Cidades verdes e infraestrutura

São necessários grandes investimentos para substituir os sistemas energéticos dependentes do carbono por soluções de emissões mais baixas ou neutras, e para ir ao encontro das carências dos cerca de mil milhões de habitantes sem acesso a água potável. De facto, nas áreas urbanas, as necessidades da infraestrutura hidráulica representarão metade de todas as necessidades de investimento infraestruturais dos próximos 20 anos.

A construção das novas cidades, com sistemas verdes de energia, água e transporte, e a remodelação das antigas para se adequarem aos requisitos da sustentabilidade e se adaptarem às alterações climáticas são as grandes fontes de oportunidade. As empresas são líderes no desenvolvimento de infraestruturas pela capacidade de as operarem e as manterem de forma rentável, e têm um papel essencial no aumento da eficiência dessas infraestruturas e serviços. São também os principais fornecedores da tão necessária tecnologia nova.

A necessidade de criação e remodelação de tantas infraestruturas sugere grandes oportunidades e desafios para os produtores de todo o género de materiais de construção, nomeadamente para a indústria cimenteira.

Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento

A Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento do WBCSD – que reúne 18 dos principais produtores de cimento a operar em mais de 100 países – tem vindo a recrutar empresas da China, da Índia e de outras economias emergentes. Até aqui, a sua prioridade era registar e minimizar as emissões de carbono e outros poluentes, os acidentes de trabalho, e o impacto nas áreas residenciais e ecossistemas. Particularmente importante para os países em desenvolvimento, esta iniciativa foi pioneira em aproveitar de forma limpa e segura o fluxo de detritos para alimentar os fornos de cimento. Tem também tentado arranjar maneiras de a indústria cimenteira poder participar como sector industrial no enquadramento energético e climático pós-Quioto.[18]

A complexidade do mundo actual e das cidades do futuro exige "soluções sistémicas" e integradas para gerir o desenvolvimento económico, e a reestruturação e reconstrução dos sistemas energéticos e hídricos, protegendo simultaneamente os ecossistemas. As soluções sistémicas são as que abrangem e gerem todas as partes de determinado sistema (por exemplo, uma área urbana ou um ecossistema), em vez de procurarem gerir elementos diversos isolados do todo.

Iniciativa de Infraestrutura Urbana

O WBCSD está a desenvolver uma abordagem holística, criando ligações entre as suas várias actividades. Como já referido, alia estudos sobre água e energia, e sobre energia e desenvolvimento. A Iniciativa de Infraestrutura Urbana consiste em abordagens integradas às múltiplas necessidades das cidades (energia, aquecimento, transportes, construções eficientes, água e saneamento, alimentação, matérias-primas, comércio, gestão de resíduos, etc.) recorrendo a soluções e sistemas ditos "inteligentes" com base nas tecnologias da informação e da comunicação, entre outras.

Modelos de negócio inclusivos

A grande maioria da população mundial continua incapaz de fazer face a algumas ou à maior parte das suas necessidades básicas. O Instituto de Recursos Mundiais e a Sociedade Financeira Internacional calcularam que dois terços da população mundial (cerca de 4 mil milhões de pessoas) estão na chamada categoria da "base da pirâmide". Produzem, em média, USD$3.000/ano em poder de compra local.[19]

Esses 4 mil milhões constituem uma grande percentagem da população global e um grande mercado, perfazendo cerca de USD$5.000 biliões/ano.

Os modelos de negócio inclusivos são dos investimentos mais promissores para as empresas, ficando a ganhar tanto elas como a sociedade. Incluindo comunidades de baixo rendimento nas suas cadeias de valor, as empresas podem concretizar os seus objectivos de crescimento e lucro, indo simultaneamente ao encontro das necessidades das populações e criando melhores sociedades para operarem.

Área de Focalização do Desenvolvimento

A Área de Focalização do Desenvolvimento do WBCSD teve início com o Projecto de Subsistência Sustentável*, centrado em encontrar formas de as empresas interagirem com indivíduos e comunidades mais pobres – vendendo ou comprando – de maneira a criar meios de subsistência mais sustentáveis e fortes, e a proporcionar autênticos modelos empresariais lucrativos, para que esses modelos possam ser reproduzidos. O projecto desenvolveu uma série de publicações construtivas e recolheu muitos exemplos de empresas associadas.[20] Além disso, esta Área de Focalização está sedeada na América do Sul, em estreita parceria com a SNV – Organização Holandesa de Desenvolvimento, com os parceiros da Rede Regional e com outras organizações de ideologias comuns, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, promovendo com êxito a implementação de projectos empresariais inclusivos. O Conselho está a procurar reproduzir esta abordagem na Ásia e em África.[21]

Gestão de ecossistemas

Grande parte do mundo em desenvolvimento é tropical ou subtropical. São as regiões mais ricas em biodiversidade. No entanto, muitas dessas espécies e ecossistemas estão ameaçados pela alteração do uso dos terrenos, pela poluição e pela exploração excessiva. Nos últimos 50 anos, quase dois terços dos serviços ambientais do planeta foram degradados, e muitos ecossistemas, como os pauis e os recifes de coral, foram muito enfraquecidos.[22]

Para as empresas ligadas ao ramo dos recursos naturais – como a agricultura e a silvicultura, a exploração de minerais e metais –, o aumento da população representa evidentes oportunidades de negócio. Contudo, por forma a manterem-se sustentáveis, têm também de melhorar a biocapacidade, ou seja, a produtividade biológica dos terrenos e corpos de água, além de preservar e melhorar os serviços dos ecossistemas.

Área de Focalização dos Ecossistemas

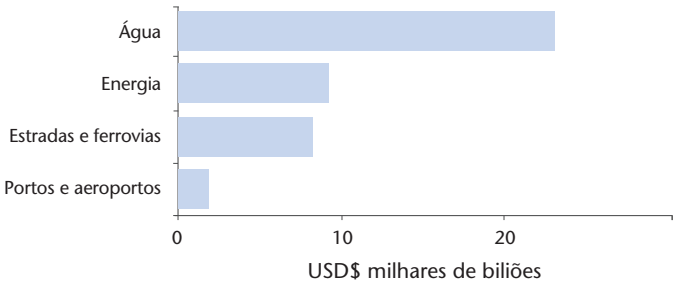
A Área de Focalização dos Ecossistemas, do WBCSD, elabora o *business case* para uma gestão sustentável dos ecossistemas. Desenvolve ferramentas para ajudar as empresas a gerir os riscos e oportunidades dos ecossistemas, identificando a sua dependência dos mesmos e o seu impacto. Recentemente, foi criada a Iniciativa de Avaliação dos Ecossistemas para a elaboração de um guia empresarial que permitirá às empresas detectar e explicar a degradação ambiental e os benefícios proporcionados pelos serviços dos ecossistemas. Além disso, esta Área de Focalização promove a criação de mercados e pagamentos por esses serviços, e defende uma gestão dos ecossistemas e políticas que incluam abordagens flexíveis, inovadoras e orientadas para o mercado.

Indústria Sustentável de Produtos Florestais

Grande parte das florestas do planeta fica em países em desenvolvimento, e o grupo de trabalho da Indústria Sustentável de Produtos Florestais (SFPI) tem criado e promovido (com o Instituto de Recursos Mundiais) guias para a obtenção sustentável e responsável de produtos à base de madeira e papel, abrangendo mais de 30 abordagens para o efeito. Participou ainda no desenvolvimento de um Pacote Financeiro da Floresta Sustentável, apelando aos sectores bancário e financeiro para investirem na gestão sustentável da floresta. O pacote fornece aos bancos uma série de ferramentas de apoio à decisão e filtros para os ajudar a avaliar novas e antigas propostas de investimento na silvicultura e na indústria processadora. A SFPI ajudou a incluir as florestas no próximo acordo global do clima, por forma a isolar o máximo de carbono, a maximizar a preservação da floresta e uma exploração sustentável, e a respeitar as necessidades e os direitos dos habitantes das florestas nos países em desenvolvimento.

O desenvolvimento das cidades apresenta oportunidades significativas

Requisitos de investimento para a infraestrutura urbana até 2030



Fonte: Booz Allen Hamilton, *Strategy+Business*, n.º 46, 2007 (de Booz Allen Hamilton, Parceiros Globais de Infraestrutura, World Energy Outlook, OCDE, Boeing, Drewry Shipping Consultants, Secretaria de Transportes dos EUA)

ASPIRAÇÕES
ÁGUA

POSSIBILITAR UM DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SUSTENTÁVEL

Os governos como reguladores, investidores e parceiros

É difícil saber até que ponto a recessão mundial foi causada por regulamentação errada ou inexistente. No entanto, como disse uma publicação empresarial: o "*The Economist* deposita mais confiança nas empresas do que a maioria. Ainda assim, mesmo os mais ferrenhos defensores do capitalismo, na generalidade, concordariam que a tendência para a formação de cartéis, para rejeitar os custos da poluição e para ruir sob o peso da sua própria imaginação financeira tem de ser limitada por leis concebidas para canalizar essa energia para o bem comum. As empresas, tal como a Ciência, precisam de governo."[23]

A recente crise deixou claro que as empresas têm todo o interesse em apoiar os governos na criação de instituições eficientes e responsáveis, e no desenvolvimento de políticas sólidas e de bases reguladoras. Isto é particularmente importante nos países em desenvolvimento, onde, apesar das melhorias já referidas a nível empresarial em muitos deles, a criação e aplicação de políticas é frequentemente constrangida por instituições frágeis, corrupção, burocracia, e limitações orçamentais e de recursos humanos.

Uma administração eficaz é fundamental na gestão das complexidades do desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. Isto significa estabelecer e manter políticas económicas sólidas, aumentar o investimento, fazer cumprir as leis e proteger os direitos de propriedade, coordenar os planos regionais e municipais, renovar e fazer a manutenção das infraestruturas existentes para garantir que os novos projectos beneficiem todos os indivíduos, incluindo os mais pobres.

Futuro Energético Baixo em Carbono

O WBCSD estudou formas de governos e empresas trabalharem em conjunto para enfrentar esses desafios, coordenando políticas, mecanismos e recursos com as condições comerciais em que uma empresa tipicamente investiria, por forma a aumentar o investimento privado. O relatório *Investir num Futuro Energético Baixo em Carbono nos Países em Desenvolvimento* oferece uma clara perspectiva comercial, analisando como e porquê as empresas investem, perfis de investimento de risco e os incentivos necessários para aumentar o investimento na investigação, desenvolvimento, demonstração e implementação de novas tecnologias.[24] Por sua vez, o projecto Serviços Eléctricos do WBCSD demonstrou que já existem muitas soluções de baixas emissões de carbono, mas alertou para o facto de o seu desenvolvimento e implementação numa escala suficientemente alargada para reduzir a intensidade do carbono da produção de electricidade e melhorar a eficiência do consumo não poderem ocorrer sem as adequadas bases reguladoras de mercado.[25]

Área de Focalização do Desenvolvimento

Ao investirem nos países em desenvolvimento, as empresas globais trazem impostos para o Estado, postos de emprego, oportunidades, formação, novas tecnologias e eficiência. Todavia, também enfrentam críticas e ansiedades quanto a poderem operar de forma exploratória.
Para sustentar o debate com factos, a Área de Focalização do Desenvolvimento criou um Plano de Avaliação de Impacto, que ajuda as empresas a entender o seu contributo social, a usar esse entendimento para tomar decisões operacionais e de investimento a longo prazo, e a manter conversações mais informadas com as partes interessadas. O plano foi desenvolvido por mais de 20 empresas associadas do WBCSD e revisto por 15 peritos externos, e está a ser promovido pela Sociedade Financeira Internacional.[26]

Condições que promovem a inovação

Muito do debate sobre a energia e as alterações climáticas tem girado em torno da ideia de os países em desenvolvimento apelarem aos desenvolvidos para proceder à "transferência" das tecnologias mitigadoras ou mesmo à sua "cedência". Na realidade, como o presidente do WBCSD Björn Stigson costuma referir, regra geral, não são os governos e países que possuem as tecnologias, mas sim as empresas. A melhor forma de transferir tecnologia é através do investimento directo e comércio externos, e os governos podem estimular o fluxo necessário recorrendo à criação de políticas.

Além disso, uma transferência de tecnologia bem-sucedida não depende tanto da transferência do equipamento, quanto dos conhecimentos que permitem aos países em desenvolvimento adaptar, utilizar e manter essa tecnologia. Estimula a inovação e facilita o fluxo de ideias e indivíduos. Uma transferência de tecnologia eficaz é sobretudo conseguida através da cooperação entre empresas, mas pode ser encorajada pelos governos.

Ao contrário do que se pensa, a protecção dos direitos de propriedade intelectual (DPI) não constitui impedimento de maior à implementação de tecnologias. Aliás, os DPI são fundamentais no encorajamento do precioso investimento do sector privado na invenção, no desenvolvimento e na implementação das tecnologias necessárias para reduzir as emissões. Nos últimos anos, muitas das economias emergentes de mais rápido crescimento melhoraram as leis de protecção de patentes, e estão a tornar-se líderes no desenvolvimento de tecnologias verdes. Em 1998, uma em cada 20 patentes de tecnologias de baixas emissões nos países em desenvolvimento estava protegida. Em 2008, o número era de uma em cada cinco. Nos países mais pobres e vulneráveis, a protecção de patentes é reduzida ou nula, bem como o investimento em investigação e desenvolvimento. Diminuir a protecção dos DPI não ajudaria ao desenvolvimento e implementação de tecnologias. Pelo contrário, poria em risco o investimento.[27] O principal entrave às transferências é a falta de infraestruturas, a incapacidade de assimilação das tecnologias

Iniciativa *Eco-Patents Commons*

Os membros da Iniciativa *Eco-Patents Commons* do WBCSD colocam patentes e licenças para tecnologias ambientais num *site*, para que qualquer empresa ou país possa utilizar essa tecnologia sem receio de processos de propriedade intelectual. A iniciativa procura abrir uma porta para partilha fácil de inovações e soluções, por forma a acelerar a protecção ambiental e, talvez, conduzir a futuras inovações. Fomenta ainda a cooperação entre as empresas que doam patentes e os potenciais utilizadores, na criação de parcerias e de novas soluções.[28]

Além disso, o WBCSD fornece ideias para planos de implementação de tecnologias ao Grupo Especialista em Transferência de Tecnologias, ao abrigo da Convenção-Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas.

e a inexistência de políticas que promovam o investimento. Os governos podem ajudar a aumentar a partilha de tecnologias colmatando essas carências.

Enquadramentos Globais Justos e Eficientes

Os membros do WBCSD apelaram a uma retoma conclusiva das conversações da Ronda de Doha sobre o comércio internacional, que, segundo a agenda de abertura, em 2001, se destinavam a criar enquadramentos para ajudar os países a sair da pobreza pela via do comércio. As conversações – que chegaram até às posições que beneficiariam tanto os países ricos como os pobres – há já algum tempo que estão suspensas. A dificuldade na conclusão dessas conversações não deixa vislumbrar o bom termo de negociações mais complexas, como as das alterações climáticas.

Questões como o comércio e as alterações climáticas demonstram que os problemas governativos são tanto globais quanto nacionais. O mercado é global, e as fronteiras de um país são permeáveis à migração (legal e ilegal), às armas, ao terrorismo (e aos terroristas), aos micróbios e às ideias. A recessão demonstrou que as fronteiras nacionais não travam o impacto económico.

Como pode conseguir-se uma *governação* global eficaz sem um *governo* global? Tal façanha tem dois requisitos fundamentais.

O primeiro é a gestão da partilha de obrigações. Quem é responsável pelo quê? Quem vai pagar pelo quê, quando os países tentam coordenar responsabilidades, capacidades, necessidades e oportunidades para ultrapassar os desafios do desenvolvimento sustentável? Um entrave a essa partilha é a falta de confiança actual entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes últimos vêem um rol de promessas por cumprir: a assistência oficial ao desenvolvimento nunca atingiu os prometidos 0,7% do rendimento bruto nacional dos países outorgantes, o impasse nas conversações da Ronda de Doha, a aparente falta de interesse em ajudar a concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e o facto de os países desenvolvidos não terem honrado o seu compromisso de ajudar os mais pobres na mitigação e adaptação às alterações climáticas, ao abrigo da Convenção-Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas. A desconfiança é de ambas as partes; os países desenvolvidos crêem que alguns líderes dos países em desenvolvimento estão mais interessados em manter as burocracias governamentais que os beneficiam e em concretizar as suas ambições pessoais do que em abrir caminho ao desenvolvimento económico para o seu povo.

O segundo requisito é uma reforma profunda das grandes organizações internacionais. Deu-se um desvio do poder político e económico das velhas potências industriais ocidentais para os novos núcleos demográficos orientais, e as instituições globais só lentamente começam a reflectir essa realidade. Os países em desenvolvimento reivindicam o seu direito a mais voz em organizações como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional. A China, por exemplo, tornou-se um importante outorgante, não só em África, mas também na América Latina, e as suas políticas comerciais e exigências a nível de recursos estão a ter efeitos profundos em ambas as regiões.

A Cimeira do Clima de Copenhaga, em Dezembro de 2009, assistiu ao crescente reconhecimento do papel de novos grupos, como a aliança entre as principais economias emergentes do Brasil, da África do Sul, da China e da Índia (BASIC), aos apelos morais da aliança de pequenos estados insulares (AOSIS), e à colaboração prática do eixo G2, entre os EUA e a China – o país mais rico e o mais populoso do mundo. Estas coligações emergentes têm potencial para serem mais eficientes na colmatação de lacunas, e no encorajamento da colaboração entre as economias industrializadas e aquelas em desenvolvimento do que a velha divisão do mundo em dois blocos monolíticos: países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Assiste-se a um desvio do poder do G8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e EUA) para um G20 mais alargado. Continua a trabalhar-se para organizar e formalizar este movimento. É também necessário fortalecer as organizações de governo regional, particularmente nos países em desenvolvimento, já que desafios como as alterações climáticas e a degradação de ecossistemas (e soluções como as tecnologias de irrigação eficientes, as instalações de dessalinização mais ecológicas, os novos planos de financiamento da agricultura, as novas variedades agrícolas) são frequentemente semelhantes em determinadas regiões. Essas organizações incluem o Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado das Montanhas (que serve os oito países da bacia Hindu Kush-Himalaias), a Comissão do Rio Mekong (que une os governos do Camboja, do Laos, da Tailândia e do Vietname) e os Países e Territórios Insulares do Pacífico (que criaram o Plano de Acção das Ilhas do Pacífico para as Alterações Climáticas 2006/2015 e realizam conversações regulares sobre o tema).

Parcerias e alianças

É evidente que criar soluções eficientes para desafios complexos de desenvolvimento sustentável requer a participação activa

e a colaboração de governos, empresas, sociedade civil e outras partes interessadas. Isto significa que lados anteriormente opostos (por exemplo, antigos rivais como as ONG e as empresas) começam a perceber que talvez consigam melhores resultados através de um diálogo construtivo e de um trabalho conjunto.

Parceiros do WBCSD

Reflectindo o desejo de maior cooperação entre as diferentes partes interessadas, muitas iniciativas do WBCSD criaram parcerias mutuamente benéficas com um vasto leque de organizações (inter)governamentais (Nações Unidas, União Europeia, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), organizações empresariais (Câmara de Comércio Internacional, Mesa Redonda Europeia, etc.), institutos, universidades e iniciativas (Global Reporting Initiative, Rede Pegada Hídrica, Universidade de Yale, etc.), e organizações não-governamentais (WWF International, União Internacional para a Conservação da Natureza, Instituto de Recursos Mundiais, etc.).[29]

No contexto do desenvolvimento, este tipo de parcerias é particularmente importante na abordagem de problemas complexos como a criação de acesso a serviços e bens básicos em comunidades de baixo rendimento. Satisfazer as necessidades de electricidade, água e saneamento entre os mais pobres não acontecerá (e muito menos constituirá oportunidade de negócio) sem parcerias fortes entre os sectores público e privado, e o envolvimento activo da sociedade civil.

Energia para o Desenvolvimento

Em termos de energia, a Área de Focalização do Desenvolvimento faz parte da comissão *Energy for All Partnership*, do Banco Asiático de Desenvolvimento, que une os sectores público e privado na Ásia para melhorar o acesso à energia, partilhando informação, recursos e o financiamento de projectos com as tecnologias adequadas e fortes argumentos empresariais. Tem por objectivo proporcionar o acesso a energia limpa e barata a 100 milhões de novos utilizadores asiáticos até 2015. A Área de Trabalho também se uniu à aliança Energy Poverty Action, actualmente a trabalhar em África, que, entre outras coisas, funciona como intermediário entre as principais empresas, governos, empreendedores e comunidades locais, bem como instituições financeiras e outorgantes nacionais e internacionais, para implementar o financiamento e a execução dos projectos.[30]

Conclusão

O mundo assiste a uma passagem histórica de poderes económicos e políticos dos tradicionais países industrializados para as economias emergentes. Os países em desenvolvimento vivem as suas próprias alterações históricas, e as cidades em expansão substituem as áreas rurais enquanto centros populacionais e de actividade económica. Até 2050, 85% dos 9 mil milhões de habitantes previstos viverão naqueles a que hoje chamamos "países em desenvolvimento", e a maioria nas cidades e megacidades actualmente em construção.

Ainda assim, a pobreza e a injustiça de muitos países continuam a representar desafios críticos para o desenvolvimento sustentável e para a estabilidade global. Satisfazer as necessidades básicas de uma população crescente e cada vez mais urbanizada nos países em desenvolvimento – bem como as ambições das suas classes médias – aumentará as exigências a nível de energia e recursos naturais, exacerbando a pressão sobre os ecossistemas do planeta.

Isto significa que já não podemos escolher entre o crescimento económico e o bem-estar ambiental. São interdependentes e, se não assegurarmos ambos, arriscamo-nos a acabar sem nenhum deles. Solucionar os imperativos aparentemente incompatíveis de melhorar os padrões de vida da população mundial e preservar o ambiente exigirá uma transição para uma economia mais inclusiva, baixa em emissões de carbono e eficiente na gestão dos recursos.

Projecto Vision 2050

No âmbito do Projecto Vision 2050, 29 empresas associadas do WBCSD desenvolveram uma visão de um mundo sustentável até meados do século e um caminho para lá chegar – caminho esse que exigirá alterações profundas nas estruturas governamentais e nos planos económicos, bem como a nível da atitude empresarial e humana. Essas mudanças são necessárias e possíveis, e oferecem excelentes oportunidades de negócio para empresas que transformem a sustentabilidade numa estratégia comercial.[31]

Enquanto planeta, já dispomos do financiamento, das tecnologias e dos conhecimentos científicos de que precisamos para efectuar a transição para um mundo sustentável. Como revelam estudos como o *Stern Review on the Economics of Climate Change and the Economics of Ecosystems and Biodiversity*, quanto mais cedo começarmos, mais dinheiro pouparemos.

As empresas têm um papel fundamental enquanto força motriz do crescimento económico e do emprego, e impulsionadoras de inovação e desenvolvimento tecnológico. Particularmente importante é o papel do sector privado como fonte de capital para os países em desenvolvimento (em termos globais, os investimentos do sector privado perfazem mais de 85% do fluxo financeiro).[32]

É do interesse das empresas globais investir em proporcionar soluções sustentáveis para os desafios do desenvolvimento:

> Em primeiro lugar, as empresas não podem florescer em países que fracassam. Sociedades estáveis e prósperas proporcionam melhores oportunidades de negócio.

> Em segundo, desenvolvendo um melhor entendimento e tendo uma abordagem pró-activa às questões sócio-económicas e ambientais, as empresas poderão gerir melhor os riscos e, dessa forma, assegurar o seu direito a operar, inovar e crescer.

> Em terceiro, desenvolver modelos de negócio inclusivos para comunidades de baixo rendimento ajudará as empresas a estabelecerem a sua posição nos mercados de crescimento do futuro.

> Por fim, a transição para um mundo mais sustentável representa uma significativa oportunidade de negócio, já que são necessários grandes investimentos tecnológicos e infraestruturais para satisfazer de forma sustentável as necessidades das populações crescentes nos países em desenvolvimento. As empresas que poderão tirar partido dessas oportunidades são aquelas que anteciparem tendências e encontrarem soluções inteligentes. São aquelas cujos líderes não só gerem a própria empresa como ajudam a orientar a sociedade em busca de grandes investimentos de sustentabilidade.

Por mais bem-intencionadas que sejam, as empresas por si só não podem alcançar o desenvolvimento sustentável nem vencer a pobreza, mas, sem elas, isso também não será possível. Uma das suas principais responsabilidades é trabalhar com os governos e com os parceiros da sociedade civil no desenvolvimento e implementação das condições legais, institucionais e financeiras adequadas – a nível global, regional e nacional.

Infelizmente, é frequente faltar a motivação para as mudanças necessárias. A síndrome do *não-na-minha-praia* costuma aliar-se à do *não-no-meu-mandato* e, entre a população, à do *não-enquanto-eu-for-vivo*.

É preciso uma liderança dinâmica em todos os sectores, mesmo com a dificuldade que os políticos têm em liderar os eleitores, e a que os directores executivos têm em liderar clientes e investidores em novas direcções.

Os membros do WBCSD crêem veementemente que as empresas líderes do futuro serão aquelas que coordenarem iniciativas lucrativas com as necessidades da sociedade, pelo que estão empenhados em proporcionar a liderança empresarial essencial para um futuro mais sustentável. Através das suas iniciativas, o WBCSD procura promover soluções em todos os aspectos dos desafios da sustentabilidade. Igualmente importante é o seu papel fundamental na facilitação das tão necessárias parcerias entre os sectores público e privado, ajudando governos e empresas a perceberem os objectivos um do outro.

O mundo do futuro próximo não se parecerá com o do presente. As empresas, os governos e a sociedade civil têm de se transformar, pois todos eles batalham, com as suas diferentes responsabilidades e capacidades, pelo mesmo objectivo de um progresso humano sustentável.

Este documento é um apelo à acção para os nossos colegas empresários e um apelo à cooperação para os outros sectores da sociedade, para que possamos ir ao encontro das necessidades de todos sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas.

Notas e referências

[1] Agência de Protecção Ambiental dos EUA (EPA), *Sustainable Materials Management: The road ahead* (Washington: EPA, 2009).
[2] Comissão sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento, *Closing the Gaps: Disaster Risk Reduction and Adaptation to Climate Change in Developing Countries* (Estocolmo: Comissão sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento, 2009).
[3] Vide relatório do WBCSD *Vision 2050: The new agenda for business*, 2010, http://www.wbcsd.org/web/vision2050.htm
[4] Rede de Pobreza do Banco Mundial, http://go.worldbank.org/RQBDCTUXW0
[5] Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml
[6] Banco Mundial, *Global Monitoring Report 2009*, http://www.worldbank.org/gmr2009
[7] Vide http://www.wbcsd.org/web/regional.htm
[8] Relatório "Doing Business" do Banco Mundial, http://www.doingbusiness.org/
[9] Para uma perspectiva do WBCSD sobre a importância do meio empresarial, vide *Doing Business with the World* (2007) em http://www.wbcsd.org/web/doingbiz.htm e *Business for Development* (2005) em http://www.wbcsd.org/web/publications/biz4dev-reprint.pdf
[10] Dodman, D (2009) *Blaming cities for climate change? An analysis of urban greenhouse gas emissions inventories, Environment and Urbanization*, Vol. 21, No. 1, 185-201 (2009).
[11] Instituto McKinsey, Preparing for China's Urban Billion, http://www.mckinsey.com/mgi/publications/china_urban_summary_of_fi ndings.asp
[12] WBCSD, *Mobilidade para o Desenvolvimento* (2009), http://www.wbcsd.org/web/m4dev.htm
[13] Nações Unidas, *Millennium Development Goals Report*, http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg2007.pdf
[14] Vide WBCSD's *AnualReview*, 2009.
[15] Agência de Protecção Ambiental dos EUA (EPA), *Sustainable Materials Management: The road ahead* (Washington: EPA, 2009).
[16] WBCSD, relatório *Sustainable Consumption Facts & Trends from a Business Perspective* (2007), http://www.wbcsd.org/web/sustainableconsumption.htm
[17] WBCSD, Projecto Água, http://www.wbcsd.org/web/water.htm
[18] WBCSD, Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento, http://www.wbcsdcement.org/
[19] WRI, IFC, *The Next 4 Billion: Market Size and Business Strategy at the Base of the Pyramid*, 2007 em http://www.wri.org/publication/the-next-4-billion
[*] *Sustainable Livelihoods* no original.
[20] Vide *Sustainable Livelihoods: The business connection, Doing Business with the Poor: A field guide, A Business Guide to Development Actors, Business for Development, Doing Business with the World, and Finding Capital for Sustainable Livelihoods Business*.
[21] Vide Inclusive Business em http://www.inclusivebusiness.org
[22] Millennium Ecosystems Assessment, 2005, em http://www.millenniumassessment.org
[23] *The Economist*, "Onwards and upwards – Why is the modern view of progress so impoverished?", 17 Dezembro 2009, pag. 36.
[24] WBCSD, *Investing in a Low-Carbon Energy Future in the Developing World*, (2007), http://www.wbcsd.org/web/lowcarbonenergyfuture.htm
[25] WBCSD, *Powering a Sustainable Future: Policies and measures to make it happen*, (2007), http://www.wbcsd.org/web/electricity.htm
[26] Vide Avaliação de Impacto em http://www.wbcsd.org/web/measuringimpact.htm
[27] Fonte: Câmara de Comércio Internacional, documento "Climate Change and Intellectual Property", (2009), http://www.iccwbo.org/uploadedFiles/ICC/policy/Environment/Climate_Change_and_IP.pdf
[28] Vide Eco-Patents Commons em www.wbcsd.org/web/epc/
[29] Para a lista completa de parceiros do WBCSD, consulte a secção "Partnerships and Alliances" do *relatório* WBCSD's *Anual* Review 2009
[30] Vide Energy for All em http://www.energyforall.info e Energy Poverty Action em http://www.weforum.org/en/initiatives/EnergyPovertyAction/index.htm
[31] Relatório do WBCSD *Vision 2050: The new agenda for business*, 2010, http://www.wbcsd.org/web/vision2050.htm
[32] Convenção-Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas (UNFCC), "Fact sheet: Investment and financial flows for a strengthened response to climate change" (UNFCCC, 2007), http://unfccc.int/press/fact_sheets/items/4982.php

Sobre o WBCSD

O World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) é uma associação global ímpar de cerca de 200 empresas dedicada exclusivamente ao desenvolvimento sustentável. As empresas associadas provêm de 36 países e de 22 dos principais sectores industriais. Beneficiamos ainda de uma rede global de cerca de 60 conselhos empresariais nacionais e regionais, e de organizações parceiras.

O Conselho proporciona-lhes uma plataforma para explorarem o desenvolvimento sustentável, partilharem conhecimentos, experiências e boas práticas, e defenderem as posições empresariais relativas a estas questões em diversos meios, trabalhando em parceria com governos, e organizações não-governamentais e intergovernamentais.

A nossa missão é recorrer à liderança empresarial como catalisador para a mudança com vista ao desenvolvimento sustentável, e apoiar o direito das empresas a operar, inovar e crescer num mundo cada vez mais moldado pelas questões do desenvolvimento sustentável.
Os nossos objectivos incluem:

> Liderança Empresarial – liderar na defesa empresarial do desenvolvimento sustentável;

> Desenvolvimento de Políticas – ajudar a desenvolver políticas que criem as condições propícias para o contributo empresarial para o desenvolvimento sustentável;

> Conjuntura Empresarial – desenvolver e promover a conjuntura empresarial para o desenvolvimento sustentável;

> Boas Práticas – demonstrar o contributo empresarial para o desenvolvimento sustentável e partilhar as boas práticas com os membros;

> Alcance Global – contribuir para um futuro sustentável para os países em desenvolvimento e para os de transição.

Agradecimentos

Co-Coordenadores da Área de Focalização do Desenvolvimento
Robin Bidwell (ERM)
Roberto Salas (Masisa)

Núcleo da Área de Focalização
John Grant (BG Group)
Iain Conn (BP)
Vasco de Mello (Brisa)
Diego Hernández (Codelco)
John Rice (General Electric)
Steven Stanbrook (S. C. Johnson)
Dr. Fujio Cho (Toyota)
Matthew Kirk (Vodafone)

Gostaríamos de agradecer aos membros do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do WBCSD, que forneceram dados e experiências preciosos para a elaboração deste documento. Gostaríamos ainda de agradecer em particular a Lloyd Timberlake pela compilação da matéria de base para este documento.

O Núcleo da Área de Focalização gostaria de agradecer a Marcel Engel, Filippo Veglio e Matthew Lynch pelo seu contributo e pela coordenação da publicação.

Aviso Legal
Esta publicação é lançada em nome do WBCSD. Como outras publicações do WBCSD, é o resultado do esforço conjunto de membros do secretariado e executivos de várias empresas associadas. Os rascunhos foram revistos por um vasto leque de membros, garantindo que o documento representa a perspectiva maioritária dos membros do WBCSD.
No entanto, tal não significa que todas as empresas associadas concordem com todos os pontos.

Copyright: © WBCSD, Junho 2010
ISBN: 978-3-940388-63-6
Impresso por: Atar Roto Presse SA, Suíça
Impresso em papel 40% reciclado e 60% de florestas maioritariamente certificadas (FSC e PEFC). 100% sem cloro.
Fábrica certificada ISO 14001.